

Os mapas nos livros didáticos e a construção de conceitos coloniais

Pedro Berutti Marques¹

Resumo: Este trabalho investiga conceitos implícitos nos mapas utilizados nos livros didáticos de História em duas coleções: “Saber e fazer História” e “História em documento: imagem e texto” sobre três categorias-chave abordadas por Boaventura Sousa Santos no texto “O fim das descobertas imperiais”: o Ocidente (a civilização), o Oriente (o outro civilizacional) e a África (o selvagem). As representações gráficas serão percebidas através de duas dimensões analíticas: do seu uso político e ideológico e conseqüentemente na construção de fronteiras territoriais; e epistemologicamente, a primazia dos saberes ocidentais na construção dos mapas. Analisando os livros didáticos, os mapas contribuem para a construção de um conceito de civilização eurocêntrico, priorizando representações políticas e baseadas no domínio das “descobertas imperiais”. A alteridade do outro, especificamente na África, é anulada: o território é percebido como uma massa amorfa a ser conquistada e que será conquistada num espaço de duas décadas. A própria divisão do mundo em regiões hierarquizadas numa escala civilizacional advém da construção desse mundo no contexto do Imperialismo: o “descobridor” descobre o outro primeiro por meio das ideias, e depois empiricamente. Esse primeiro contato (imaginário) revela a ideia etnocêntrica, a ideia da inferioridade do outro. O segundo contato (real) legitima e aprofunda o imaginário pré-concebido, justificando a construção de relações desiguais, como no Imperialismo.

Palavras-chave: História da África, Livro didático, Mapas, Civilização, Conceitos.

Muito trabalho tem sido investido na análise de livros didáticos de História no Brasil, e na área de História da África isso vem crescendo substancialmente nos últimos anos, principalmente após a Lei 10.639/03, fruto da longa e intensa luta do movimento negro no Brasil.

Mudanças no tratamento da temática afro-brasileira e africana já podem ser sentidas, mas cabe-nos questionar não o quanto ela aumentou, mas como. Alguns elementos discursivos “clássicos” da obra didática permanecem, o que nos leva ao seguinte questionamento: quais são os sentidos de História construídos por esses elementos?

Neste artigo, investigou-se o uso de mapas nos livros didáticos de História na abordagem do Imperialismo e a construção de conceitos coloniais implícitos, ou não, nesses textos. Duas coleções foram escolhidas: “Saber e fazer História” e “História em documento: imagem e texto”.

No discurso cartográfico, qual o papel da África? Esse discurso será analisado baseando-se nas três categorias-chave abordadas por Boaventura Sousa Santos no texto “O

¹ Graduado em História (UFMG) e Mestrando em Educação (FAE-UFMG).

fim das descobertas imperiais”: o Ocidente (a civilização), o Oriente (o outro civilizacional) e a África (o selvagem).

As representações gráficas serão percebidas através de duas dimensões analíticas: do seu uso político e ideológico e consequentemente na construção de fronteiras territoriais; e epistemologicamente, a primazia dos saberes ocidentais na construção dos mapas.

Conceituando conceitos

A escolha dos conteúdos será delineada pela escola teórica da história dos conceitos, que tem Reinhart Koselleck como um dos fundadores. Segundo este autor, a história dos conceitos é um método especializado de crítica de fontes, sobretudo termos e conceitos relevantes do ponto de vista social e político.

Um das principais contribuições de Koselleck foi sua perspectiva de tempo. Para ele, o *presente* reconstrói o *passado* – tal como já proposto pelos Annales no início do século XX – e ressignifica o *futuro*. Em sua conceituação, refere-se ao *passado* como *campo da experiência*, e ao *futuro* como *horizonte de expectativas*.

Ao incorporar tal concepção à história dos conceitos, Koselleck afirmou:

“[...] a investigação do campo semântico de cada um dos conceitos principais revela um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração de constituição social e originários do passado. [...] Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história.

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico.” (KOSELLECK, 2006: 101)

Considerando-se os objetos deste estudo, os conceitos – e as formas e contextos em que aparecem – se constituem como *presente passado* na medida em que incorporam o *campo de experiências* – as mudanças historiográficas e as demandas do presente (movimentos sociais), por exemplo – ao *presente*. E tais conceitos também revelam um *horizonte de expectativas*, direcionando atitudes e pensamentos, ou abolindo outras.

Para além dessas questões, os conceitos também possuem sua historicidade; são categorias heurísticas. Estão sujeitos a transformações; podem ser moldados conforme as necessidades do presente.

A civilização

Normalmente, quando se pretende falar do outro, não nos referimos ao narrador, ao criador do outro. Mas como ele se representa? Qual o discurso europeu sobre a civilização? Qual a ideia de Europa? Em primeiro lugar, é importante destacar que uma identidade europeia não é dada, nem é imutável, mas construída na teia espaço-tempo; nem mesmo podemos dizer de **uma** ideia, mas de uma pluralidade de representações, muitas vezes conflitantes.

O estudo sobre a construção da ideia de Europa teve seu início em meados do século XX, e o historiador Denys Hay trilhou este caminho, da Grécia Antiga à Segunda Guerra Mundial, passando pela história de Noé e seus três filhos, a constituição da Cristandade, o abandono deste termo no século XVIII. Após o século das luzes, a Europa alcançou uma dominância global que a Cristandade nunca fora capaz de realizar (HAY, 1957: 125): o nome do continente se transformaria em um símbolo de um modo de vida.

O etnocentrismo afirmaria que, afinal, aquele seria o modo de vida, um modelo a ser seguido, mas nunca possível de ser alcançado pelo “outro”. Said argumenta que justamente essa ideia de uma identidade superior possibilitou que essa cultura se tornasse hegemônica, dentro e fora da Europa (SAID, 2007: 34-35). Michael Wintle resume essa visão etnocêntrica da seguinte maneira:

Há muito tempo nós tomamos ciência da visão arrogante do Iluminismo sobre a cultura europeia, a despeito de uma simpatia pelo “bom selvagem” e outras civilizações. Mas o “fardo do homem branco” no cerne das maiorias das ideias sobre a Europa, aludindo à superioridade das instituições, da democracia e da civilização, de uma maneira geral, tem sido memorável, mesmo após desastres como a Segunda Guerra Mundial, e certamente após o fim da União Soviética: a ideia sobre a Europa é geralmente autoconfiante e imperialista. (WINTLE, 2013: 11)

De uma maneira geral, a construção de uma ideia de Europa teve como referencial o Oriente, marcadamente o árabe. Tais significados mudaram radicalmente com a “descoberta” do “Novo Mundo”. Para alguns autores dos estudos pós-coloniais, esse teria sido um momento fundador da Europa.

Tenho como pressuposto que a Europa é uma invenção feita por meio da invasão da denominada hoje de América Latina que deu base para a construção de uma matriz de poder mundial de dominação. Essa matriz de poder tem seus alicerces na racialização e na racionalização da sociedade com o advento do colonialismo-colonização do Novo Mundo. Friso que a expressão Novo Mundo é um artifício para negar, apagar e silenciar as histórias dos povos que habitavam a Abya Yala. O processo de racialização impôs uma classificação humana inicialmente em três raças: brancos, índios e negros. Essa classificação inicial hierarquizou as três raças, tendo como referência quem criou a classificação, no caso o branco europeu enquanto sujeito superior que produz cultura, ciência e **civilidade**, passível de trabalho intelectual e assalariado. Já as demais raças, os índios enquanto sujeito inferior intermediário servil e os negros como sujeito inferior escravo, ambos os grupos não passíveis de produzir cultura, ciência e civilidade. (SILVA, 2013: 2)

Segundo Hegel, “a história universal vai de Oriente para Ocidente”. Essa passagem de bastão se encontra justamente na própria visão do Ocidente sobre si próprio, a saída da Idade das Trevas e o renascimento que culminou em quatro progressos incontestáveis da “humanidade”: a libertação do fundamentalismo religioso com a Reforma; a Revolução Científica; o Iluminismo e a consagração do racionalismo; e a invenção e o desenvolvimento do capitalismo. Tais eventos teriam conferido ao Ocidente uma primazia na história universal, deixando para trás seu concorrente histórico. E teriam possibilitado, no Novo Mundo – mas também na África –, diante do selvagem e da natureza, o domínio completo. O século XIX consagrou, com o Imperialismo, o domínio de fato, mas também o domínio da fala.

A afirmação da inferioridade do diferente traz, do outro lado da moeda, a certeza da superioridade. Ao mesmo tempo em que se estigmatiza o outro, cria-se um emblema para si; e esse imaginário construído cria justificações no campo do discurso que podem legitimar ações. Jules Ferry, primeiro-ministro francês, em discurso no Parlamento em julho de 1885, afirmou: “As raças superiores têm um direito perante as raças inferiores. Há para elas um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores.” (Apud MESGRAVIS, 1994: 14)

Eric Hobsbawm observou o impacto dessas representações na subjetividade dos europeus:

A sensação de superioridade que uniu os brancos ocidentais – ricos, classe média e pobres – não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam as colônias. Em Dacar ou Mombaça, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como gentleman por pessoas que nem teriam notado sua existência em Paris ou Londres. (HOBSBAWM, 1988: 107)

O selvagem

Para Boaventura Sousa Santos, a disputa pela civilização na Eurásia – e o jogo de poder na construção de dois espaços imaginados distintos – se contrapõe à relação entre o Norte e o Sul, do civilizado com o selvagem, na medida em que aqui não há conflito, uma vez que “a civilização tem uma primazia natural sobre tudo o que não é civilizado. [...] A superioridade do Ocidente reside em ele ser simultaneamente o Ocidente e o Norte.” (SANTOS, 1999).

Ao longo dos séculos, a imagem do selvagem se transformou: da ideia aristotélica de escravidão natural – que se contrapunha ao senso comum da época, o utilitarismo – para a dúvida sobre a humanidade do outro – seriam monstros? Bestas? Teriam alma? O lugar do selvagem é o lugar da natureza, e a diferenciação é tênue: terras desocupadas (e, portanto, vazias para quem quiser colonizar e civilizar), tribos dispersas, dialetos selvagens. Enfim, o lugar da não-cultura, oposta ao Norte (tanto o Ocidente quanto o Oriente). Um lugar que, mesmo quando positivado pelas lentes do imaginário do “maravilhoso”, ainda um lugar onde o tempo não passa; logo, um lugar sem história. A escravidão dos negros foi legitimada pela não-humanidade dos mesmos, enquanto na América assistiu-se a um intenso debate para definir se os ameríndios tinham ou não alma – e mesmo assim havia, nos dois casos, justificativas para a guerra justa e a consequente escravização ou eliminação.

Se o Oriente é para o Ocidente o lugar da alteridade, o selvagem é o lugar da inferioridade. O selvagem é a diferença incapaz de se constituir em alteridade. Não é o outro porque não é sequer plenamente humano. A sua diferença é a medida da sua inferioridade. Por isso, longe de constituir uma ameaça civilizacional, é tão só a ameaça do irracional. O seu valor é o valor da sua utilidade. Só merece a pena confrontá-lo na medida em que ele é um recurso ou a via de acesso a um recurso. A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, a expansão da fé – justificam o total pragmatismo dos meios: escravatura, genocídio, apropriação, conversão, assimilação. (SANTOS, 1999)

Mapas e o livro didático

O que é um mapa? Por muito tempo, o mapa foi considerado um elemento neutro, um desenho da realidade, claro e objetivo. Mesmo hoje, o mapa carrega uma carga simbólica científica e, portanto – considerando-se a ideia de ciência como verdade –, de caráter real e verdadeiro.

Entretanto, o mapa é um produto cultural, com historicidade, e sujeito a transformações decorrentes dos mais diversos interesses. E como objeto cultural, é também etnocêntrico. A corografia medieval, por exemplo, representava o mundo conhecido e imaginado com os denominados mapas “T-O” (*Orbis Terrarum*), no qual Jerusalém situava-se no centro do T, a oeste a Europa, a leste a Ásia e ao sul a África. O “O” representava os oceanos que circundavam os continentes.

A cartografia, de certa maneira, acompanhava o discurso – ou melhor, fazia parte dele – eurocêntrico que inferiorizava o outro e também o **lugar** do outro. (SERRANO; WALDMAN, 2003: 21-35). Nesse sentido, a África foi construída por estereótipos, fantasias, realidades, interesses, etc. Um dos mais conhecidos exemplos é o da interpretação da teoria camita, que estigmatizou aqueles de pele escura, descendentes de Cam, destinando-os à escravidão. Não à toa, esses condenados foram viver nos recantos infernais da Terra², **abaixo** das terras europeias. Essa simbologia relacionava a posição inferior, o Sul, também ao inferno, e a posição superior, o Norte, ao paraíso³.

A África foi vista como o espaço do mundo selvagem, enquanto o Norte (Europa e Ásia) era o território da civilização; espaço porque disponível para a ocupação da civilização, espaço porque identificado com a natureza, enquanto o território distingue a marca da civilização. Sobre essa diferenciação, Beatriz Bueno destacou:

Território e espaço não são noções equivalentes. O território com contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. Categoria aparentemente universal, falsamente natural, o território não tem nada de espontâneo. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns. Tal como os animais se apropriam da natureza definindo territórios, os homens “dilatam as suas conquistas”, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o. Como vimos, por meio de uma trama ortogonal de paralelos (latitudes) e meridianos (longitudes), mapas são a “pintura do mundo”, capazes de representar graficamente, na bidimensionalidade do papel, a tridimensionalidade do real, conservando-lhe as proporções. A negociação e legitimação da posse em grande parte só se viabilizam por meio dessas folhas de papel que propiciam a compreensão visual de vastas áreas de outra forma inapreensíveis. (BUENO, 2004: 229-230)

² No século XIX, teses científicas relacionavam o ambiente a características das raças: o calor (africano) estaria associado à baixa capacidade intelectual, à sensualidade (pecado) e à preguiça, resultando em lugar adverso ao surgimento da civilização.

³ O conhecido “Mapa dos Salmos”, ou *Psalter*, de 1250, retrata essa alegoria, no qual pode-se ver a representação de Cristo no topo do mapa, acima da Europa; abaixo, a África, um continente monstruoso próximo do inferno.

Esses territórios mapeados eram marcados, riscados, coloridos, legendados, e cada característica “neutra” representava um discurso político. Como eleger o grau zero do meridiano da longitude? Essa sempre foi uma escolha política: para Ptolomeu as Ilhas Canárias, depois Açores, Cabo Verde, Jerusalém, Roma, Paris, Filadélfia, São Petersburgo, etc., até seu destino atual, Londres.

Mesmo a posição dos lugares do mapa também foi uma escolha, consciente ou não. Porque a Europa está na posição superior?⁴ No século XVI, Mercator elaborou uma projeção para representar a Terra e que foi difundida e tornou-se uma referência mundial, e ainda permanece sendo utilizada. Essa projeção distorce as áreas à medida que se afastam do Equador, o na prática isso aumentou a área dos países do Norte⁵. A África e a América do Sul ficam menores em comparação com a Europa, por exemplo.

Fátima da Cruz Rodrigues pondera que os mapas devem ser questionados em dois aspectos. O primeiro no seu uso político e ideológico em determinados contextos históricos; no caso do Imperialismo, a desconsideração nos mapas ocidentais das geografias afro-asiáticas, uma delimitação que ignorou as populações que ali viviam. O segundo questionamento é de ordem epistemológica, e desmistifica a construção de uma maneira correta de se fazer a cartografia identificada com a ciência eurocêntrica e que por muito tempo não reconheceu *verdades* nas formas de representar o espaço de outras sociedades.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante considerar que, tomados como discursos que veiculam ou constroem conceitos, os mapas tomam forma em diferentes tempos semânticos. James Corner analisou profundamente essa característica dos mapas e observou o seguinte:

“Toda percepção é também pensamento, toda racionalização é também intuição, toda observação é também invenção”, escreveu Rudolf Arnheim. Além disso, essas atividades produzem efeitos; elas têm uma enorme força na construção do mundo. É nessa intersubjetividade e nesse sentido que se conclui que os mapas não são transparentes, neutros ou instrumentos passivos de medição espacial ou descrições. Pelo contrário, eles são extremamente opacos, imaginativos e instrumentos operacionais. Apesar de

⁴ Vale lembrar o trabalho do artista uruguaio Joaquín Torres-García (1874-1949) que, à frente da Escola do Sul, questionou a posição de subalternidade da América do Sul em relação não apenas à Europa, mas também aos Estados Unidos. Em seu famoso mapa-manifesto “Nosso norte é o Sul”, de 1943, desenha a América do Sul de ponta-cabeça, mas mantendo o Sul na Patagônia, assim desvirtuando a lógica de que o Norte é para cima, rompendo assim com a associação imediata sul-inferioridade.

⁵ Um exemplo clássico é a comparação da África com a Groelândia. Na projeção de Mercator, a ilha dinamarquesa é no mínimo do mesmo tamanho do continente africano; entretanto, este é 14 vezes maior que o outro.

se basearem nas observações sobre o mundo, os mapas não são desenhos ou representações, mas construções mentais, ideias que possibilitam e produzem mudanças. Ao descrever e visualizar outrora fatos escondidos, os mapas preparam o palco para o trabalho futuro. Um mapeamento já é sempre um projeto de tessitura. (Tradução livre. CORNER, 1999: 250)

O mapa aqui analisado foi elaborado com base em quais ideias? Ele possibilita mudanças? Produz mudanças ou permanências? Em que medida colabora na construção de conceitos?



O mapa acima, usado nas coleções analisadas, é frequentemente empregado para se mostrar a África no final do século XIX. O que revela, o que esconde, o que apaga? O enorme território africano é apresentado segundo uma visão imperialista, e esta é desenhada em cores para distinguir as possessões imperiais.

Segundo Boaventura Sousa Santos, a descoberta do Outro toma forma em dois momentos: no primeiro, se dá a descoberta imaginada – a partir de um imaginário etnocêntrico; em seguida, o contato real, que legitima a visão pré-concebida e justifica a construção de relações desiguais, uma vez que descobridor e descoberto não podem ser iguais.

Acompanhando esse raciocínio, pode-se inferir que os mapas tiveram papel importante na construção do mundo imperial, tanto material quanto imaginado. Como destacou Fátima Rodrigues:

Os mapas políticos não representam, apenas, a delimitação de territórios: a sua construção foi acompanhada por muitos outros processos. Por um lado, o mapa delimita e nomeia e, ao fazê-lo, assume também a capacidade de circunscrever, reunir, separar, excluir, expulsar, rasurar. Por outro lado, a concepção dos mapas políticos serviu o incessante desenho e redesenho das fronteiras políticas exigidas pelas contendas decorrentes das pretensões expansionistas das potências coloniais. Embora estas fronteiras existam, na ótica colonial, para delimitar territórios e assim encerrá-los sob o domínio daqueles que os apropriam, elas podem também ser interpretadas como “zonas de contatos” as quais, segundo Mary Pratt, correspondem a espaços de encontros coloniais no seio dos quais pessoas, histórica e geograficamente separadas, entram em contato e estabelecem relações, normalmente assimétricas entre colonizado e colonizador, mas que implicam sempre intercâmbios e interações diversas normalmente ignoradas na literatura colonial. (ROGRIGUES, 2005: 2)

Essas zonas de contato foram apagadas no mapa; não há contato entre europeus e africanos, europeus e europeus, excetuando-se a Conferência de Berlim, ou entre africanos e africanos. Toda a história africana anterior é rasurada, assim como a história conflitual no contexto do Imperialismo.

O mapa traz a ideia de que realmente todo esse território foi conquistado, todos os espaços ocupados por europeus, todos os lugares dominados. E isso apenas em um espaço de duas ou três décadas.

Assim, até onde os livros didáticos corroboram com essa visão de inferioridade do outro, tomando como legítimos conceitos eurocêntricos?⁶ A própria divisão do mundo em regiões hierarquizadas numa escala civilizacional – e que continua em voga – advém da construção desse mundo no contexto do Imperialismo.

Na pesquisa empírica, analisando os livros didáticos, observa-se que as palavras escolhidas para se referir ao processo do imperialismo indicam uma agência europeia e, do outro lado, uma passividade africana. O europeu é individualizado: tem nome, nacionalidade e profissão (exploradores, aventureiros, comerciantes, missionários religiosos e cientistas). Já

⁶ Especificamente sobre o conceito de civilização, o historiador Joseph Miller sugere algumas questões, dentre as quais se destaca a seguinte: é legítimo interpretar a história da África com base em conceitos e convenções historiográficas modernas e ocidentais? Ele indica que a noção de “povos sem história” é uma consequência de padrões interiorizados impostos pela História Mundial, e critica a abordagem “civilizacional”, que se resguarda em conceitos como “origens” e “continuidade”, negando mudanças contingenciais e complexas. Por fim, critica uma epistemologia essencialmente “nacionalista”, “particularista” e “progressista”.

o africano é generalizado no conceito amorfo de “povo”. Na Europa, há países, potências, civilizações, indivíduos, vontade. Na África, há territórios, povos, caracterizados pela passividade completa no processo imperialista.

O imperialismo é explicado pela necessidade do Ocidente de conquistar novas regiões e novos mercados em função do crescimento do capitalismo; Ásia e África tornam-se alvos dessa cobiça, e têm valor na medida de sua utilidade, como recurso a ser explorado.

O livro ignora o que Ki-Zerbo denominou de “roedura da África”, processo iniciado no século XV. Na coleção “Saber e fazer História” (p. 217), a seguinte passagem confirma esse apagamento: “A divisão do território africano, tal como representada no mapa a seguir, foi resultado de um processo iniciado no século XIX e que prosseguiu até as primeiras décadas do século XX.”

O trecho a seguir é emblemático e contém várias ideias subliminares:

Até a primeira metade do século XIX, a África abastecia de escravos as colônias e ex-colônias europeias da América. A partir do neocolonialismo, passou a fornecer matérias-primas para as indústrias europeias e tornou-se um grande mercado consumidor de produtos europeus. (“Saber e fazer História”, 2014: 219)

Pela primeira vez, os verbos concedem à África agência, mas apenas para “abastecer”, “fornecer” e “comprar”. A presença europeia no continente desaparece, já que a África enviava escravos para a América – sem contar que ignora o enorme fluxo de escravos para outras regiões, como Ásia e Europa, e o tráfico interno. E sugere que a escravidão tenha cessado a partir do imperialismo.

Na Conferência de Berlim, ficou definido apenas o modo como se daria a conquista; nada foi partilhado. Assim, o texto do livro didático legitima uma escrita da história na qual apenas um lado toma as rédeas da história, apenas um lado tem agência, poder, vontade e discernimento. O outro apenas assiste, alheio ao que ocorre nas suas próprias entranhas. Isso é visto no seguinte trecho: “Uma vez **‘partilhado’**, teve início a **conquista** do continente africano.” (*Ibidem*, p. 218)

A Conferência de Berlim não partilhou nada, e para alguns autores o processo imperialista teve início no continente africano, com guerras, massacres, negociações, resistências. Foi no contanto entre europeus e africanos que essa história se desenrolou, entre sujeitos históricos, com vontades e interesses distintos.

E qual o papel do mapa na construção desses conceitos? Em primeiro lugar, o mapa apresenta um espaço gigantesco com apenas algumas linhas e cores, apenas para consagrar a visão imperialista sobre o Imperialismo: a completa dominação.

Não existe presença africana no mapa, nenhum traço, cor, símbolo, legenda. Não existe presença, muito menos histórias. O processo de “roedura da África”, conforme Ki-Zerbo, é ignorado. Cria-se a possibilidade de perceber o processo histórico do Imperialismo como um jogo de tabuleiro, sobre o qual em cerca de duas décadas os europeus colocaram suas peças de dominação sobre um espaço vazio.

Os conflitos, as zonas de contato, as diferentes formas de ocupar ou se movimentar pelo território, podem ser subentendidas pelo excerto selecionado:

“Nas décadas de 1880 e 1890, com as novas estratégias de exploração e ocupação colonial postas em prática pelas potências europeias – de uma ocupação sustentada em feitorias espalhadas pelo litoral e em alguns pontos do interior para uma intervenção administrativa e militar mais incisiva – e a definição da delimitação de esferas de influência em detrimento do fator histórico na legitimação da partilha dos espaços africanos, especialmente depois da Conferência de Berlim (novembro de 1884 a fevereiro de 85), a situação de Portugal como potência ultramarina se tornou problemática, uma vez que seus interesses em África foram progressivamente atacados pelos imperialismos britânico, belga, francês e alemão.” (SANTOS, 2010: 104)

O discurso ignora até mesmo os feitos dos próprios europeus na África: no caso português, sabe-se que os pombeiros africanos Pedro João Baptista (1802) e Anastácio Francisco (1814) realizaram a travessia terrestre ligando Atlântico e Índico. Além disso, já havia há tempos relações políticas e comerciais entre o Oeste e o Leste, entre Lunda e o reino do Kazembe.

Assim, o mapa não confronta a ideia exposta por Boaventura Sousa Santos de que o ali é o lugar do selvagem, de um território inabitado; pelo contrário, corrobora com a ideia de passividade, do confronto entre a civilização e o selvagem, da agência europeia, e principalmente da ausência de história africana.

Nesse sentido, o livro didático cumpre a profecia de Boaventura Sousa Santos e mantém a representação tripartida do mundo e sua hierarquia: o Ocidente civilizado, o Oriente civilizado, mas estagnado, e a África selvagem. Fica apenas o alerta para o que se entende por Ensino de História e a construção de sentidos para os alunos. Termina com a análise

Boaventura Sousa Santos e suas expectativas, não apenas para o mundo real, mas também para a *episteme*:

A descoberta imperial não reconhece igualdade, direitos ou dignidade ao que descobre. O Oriente é inimigo, o selvagem é inferior, a natureza é um recurso à mercê dos humanos. Como relação de poder, a descoberta imperial é uma relação desigual e conflitual. É também uma relação dinâmica. Por quanto tempo o lugar descoberto mantém o estatuto de descoberto? Por quanto tempo o lugar descoberto permanece no lugar da descoberta? Qual o impacto do descoberto no descobridor? Pode o descoberto descobrir o descobridor? Pode o descobridor descobrir-se? São possíveis redescobertas? (SANTOS, 1999)

Referências

CORNER, James. The agency of mapping, speculation, critique and invention. In: COSGROVE, Denis (org.). **Mappings**. Reaktion Books, London, 1999.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the evolution of the Landscape Idea. *Transactions of the Institute of British Geographer, new series*. Vol. 10, n. 1, p. 45-62, 1985.

COSGROVE, Denis (org.). **Mappings**. Reaktion Books, London, 1999.

HAY, Denys. **Europe: The Emergence of an Idea**. Edinburgh University Publications: History, Philosophy and Economics, Nº 7. Edinburgh: University Press, 1957.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HORTA, José da Silva, *Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações*, [Lisboa, s.n., 1995], sep. de *Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 189-200.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia: a expansão do imperialismo europeu no século XIX**. São Paulo: Atual, 1994.

MILLER, Joseph C. *et al.*, “Africa and World History: a Forum”, **Historically Speaking**, vol. VI, nº 2, Nov.-Dez. 2004, p. 7-30.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. O fim das descobertas imperiais. **Notícias do Milênio**, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)**. São Paulo, 2010, 216 p. Dissertação. USP.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d'África: a temática africana em sala de aula. Cortez. 2013.

SILVA, Janssen Felipe da. Geopolítica da educação: tensões entre o global e local na perspectiva dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e do Nordeste, Recife, 2013.

SWEDBERG, Richard. The Idea of 'Europe' and the Origin of the European Union: a Sociological Approach. *Zeitschrift fur Soziologie*, Jg. 23, Heft 5, Oktober 1994, pp. 378-387.

WINTLE, Michael. The History of the Idea of Europe: Where are We Now? *Council for European Studies. Perspectives on Europe*, Spring 2013, Volume 43, Issue 1.